

DECRETO Nº 889/2025

Aprova a consolidação da legislação tributária do Município de Prudentópolis/PR.

O Prefeito Municipal de Prudentópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 55, inciso IX da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de facilitar o acesso ao Ordenamento Tributário Municipal, diante do expressivo montante de leis e, eventualmente, suas respectivas alterações;

Considerando o artigo 212 da Lei Federal nº 5.172, de 25/10/1966 - Código Tributário Nacional;

Conforme solicitação protocolada sob nº 9844/2025;

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovada, na forma do Anexo Único deste Decreto, a Consolidação da Legislação Tributária do Município de Prudentópolis.

Art. 2º. A presente consolidação das normas tributárias ficará disponibilizada permanentemente no site oficial do Município de Prudentópolis .

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração, 15 de outubro de 2025.

ADELMO LUIZ KLOSOWSKI
Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

LEI MUNICIPAL ATO NORMATIVO	EMENTA
1.335, de 30/12/2002	"Código Tributário do Município de Prudentópolis - CTM".
1.385, de 23/12/2003	Do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN.
1.786, de 26/08/2009	Altera o teor da Tabela XI da Lei Municipal nº 1.335/2002 e determina outras providências.
1.857, 08/12/2010	Altera a redação da Lei Municipal nº 1.335/2002 e dá outras providências.
1.866, 27/12/2010	Altera a redação da Lei Municipal nº 1.335/2002 e dá outras providências.
1.899, de 11/08/2011	"Altera a redação da Lei Municipal nº 1.869/2011 e dá outras providências"
1.984, de 20/07/2012	Autoriza o Poder Executivo Municipal a desenvolver ações para implementar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), estabelecido pela Lei Federal nº 11.977/2009, alterada pela Lei nº 12.424/2011, e dá outras providências.
1.999, de 08/11/2012	Altera a Lei nº 1.335, de 30/12/2002 (Código Tributário Municipal), e dá outras providências.
2.015, de 26/02/2013	Dispõe sobre a isenção de impostos municipais para entidades de utilidade pública, clubes sociais, clubes de serviços, sociedades recreativas de assistência social e saúde, e dá outras providências.
2.033, de 03/06/2013	Altera o disposto em Tabela VIII do Código Tributário Municipal - Lei nº 1.335/2002 e dá outras providências.



2.029, de 21/05/2013	Institui o parcelamento ordinário administrativo de débitos e autoriza de forma permanente o parcelamento de créditos tributários e não tributários vencidos e determina outras providências.
2.036, de 04/06/2013	Acrescenta, na Tabela XII do Código Tributário Municipal - Lei nº 1.335/2002, a taxa para serviço de disponibilização de ambulância para eventos particulares, dando outras providências.
2.060, de 10/12/2013	"Estabelece normas de incidência do ISS, relativas às operações efetuadas com cartões de crédito e de débito e dá outras providências".
2.063, de 10/12/2013	Altera o disposto no item VIII da Tabela XIII do Código Tributário Municipal - Lei nº 1.335/2002 e dá outras providências.
2.099, de 03/06/2014	"Acresce parágrafo ao artigo 248 da Lei Municipal nº 1.335 de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o sistema tributário do município de Prudentópolis, e dá outras providências."
2.195, de 22/12/2015	"Altera a redação do artigo 202, da Lei nº 1.335, de 30/12/2002, e dá outras providências".
2.284, de 29/09/2017	"Altera dispositivos da Lei nº 1.385, de 23/12/2003 e dá outras providências"
2.347, de 10/12/2018	"Acrescenta os artigos 22-A e 22-B a Lei Municipal nº 1.335, de 30/12/2002, e dá outras providências".
2.350, de 14/12/2018	"Acrescenta o inciso XI ao artigo 56 da Lei Municipal nº 1.385, de 23/12/2003, e dá outras providências".
2.367, de 11/07/2019	"Dá nova redação às alíneas "a" e "b", do inciso XI, do artigo 56, da Lei Municipal nº 1.385, de 23/12/2003, alterada pela Lei Municipal nº 2.350, de 14/12/2018, e dá outras providências."
2.378, de 08/11/2019	"Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.385, de



	23/12/2003, e dá outras providências".
2.423, de 27/08/2020	"Estabelece valor mínimo para ajuizamento de ação de execução fiscal para cobrança de dívida ativa do Município de Prudentópolis, e dá outras providências".
2.446, de 30/11/2020	Altera a Lei Municipal nº 1.385, de 23/12/2003, adequando-a à Lei Complementar nº 175, de 23 de setembro de 2020, quanto as regras do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS-QN) no Município de Prudentópolis, e dá outras providências.
2.451, de 12/03/2021	"Altera o artigo 5º da Lei Municipal nº 2.029, de 21/05/2013, e dá outras providências".
2.535, de 14/10/2022	"Altera dispositivos da Lei 2.423/2020 e dá outras providências".
2.549, de 13/02/2023	"Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.335/2002 e dá outras providências".
2.561, de 05/06/2023	"Promove alterações nas Leis 1.335/2001 e 1.367/2003, e dá outras providências".
2.584, de 16/11/2023	"Altera a Lei Municipal nº 1.983, de 20 de julho de 2012, adequando-a à Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023".
2.632, de 28/02/2025	"Estabelece regra para o lançamento de IPTU em cadastros imobiliários novos decorrentes de constatação de transformação de área rural em urbana por força da aplicação do perímetro urbano, e dá outras providências".
2.646, de 30/06/2025	Dispõe sobre a vedação do lançamento retroativo de IPTU em imóveis objeto de regularização fundiária urbana (REURB) requerida por iniciativa do interessado, e dá outras providências.
Instrução Normativa SEFI Nº . 001, de 19/02/2019. (Publicada em 20/02/2019 – Edição 1.548)	Estabelece a obrigatoriedade na apresentação da declaração de Instituições Financeiras – DES-IF, versão 3.01-b e assemelhadas e dá outras providências.



Instrução Normativa SMF nº 001, de 13/05/2025. (Publicada em 15/05/2025 – Ed. 3035)	Atribui valor mínimo por hectare para os imóveis localizados na zona rural do Município de Prudentópolis para fins de base de cálculo de ITBI
Decreto 251, de 13/06/2011	Regulamenta a Lei Municipal nº 1869/2011 e determina outras providências
Decreto nº. 633, de 13/11/2018	Regulamenta a Lei Municipal nº. 1.385, de 23/12/2003, e dá outras providências.
Decreto nº. 573, 14/05/2025	Regulamenta o lançamento direto de que trata o Artigo 42, I da Lei Municipal 1335/2002 (Código Tributário Municipal) no que diz respeito ao IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano - 2025.